



**PROCESSO TC nº 01.680/20**

## **RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, **Sr. Roberto Wagner Mariz Queiroga**, concedendo aposentadoria por invalidez com proventos integrais ao **Sr. Francisco Junior Tomaz**, matrícula nº 84.125-1, Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época, com 11 anos, 04 meses e 18 dias de tempo de contribuição e idade de 45 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator

## **VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 625/2019] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator



Processo TC nº 01.680/20

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Francisco Junior Tomaz*

Órgão: Instituto de Previdência do Município de João Pessoa

Gestor Responsável: *Roberto Wagner Mariz Queiroga*

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria por invalidez com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1.723/2021

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 01.680/20**, referente aposentadoria por invalidez com proventos integrais do **Sr. Francisco Junior Tomaz**, matrícula nº 84.125-1, Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 625/2019], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 25 de novembro de 2021.**

Assinado 26 de Novembro de 2021 às 11:51



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 26 de Novembro de 2021 às 11:36



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 1 de Dezembro de 2021 às 11:32



**Luciano Andrade Farias**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO